



COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Marcus Vinícius Gonçalves da Silva¹



<https://orcid.org/0000-0003-2145-0871>



<http://lattes.cnpq.br/4352616650465977>

Resumo

Presente em todo o território nacional, o Exército Brasileiro (EB) considera a região Amazônica uma prioridade estratégica. Nesse contexto, enfatiza a necessidade de manter a relação histórica entre militares e indígenas, estabelecida desde a Batalha de Guararapes, em 1648. Todavia, essa relação ainda tem despertado críticas no meio acadêmico, principalmente, daqueles que não conhecem nem vivenciam *in loco* a realidade da Amazônia. Do exposto, este artigo objetiva descrever as operações de assistência humanitária e as ações subsidiárias coordenadas pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, com o propósito de proteger os territórios e a integridade dos povos originários.

Palavras-chaves: Exército Brasileiro, Amazônia Ocidental, Povos Originários, Indígenas.

AMAZON MILITARY COMMAND: THE VECTOR OF RELATIONSHIP BETWEEN THE BRAZILIAN ARMY AND THE INDIGENOUS PEOPLES OF WESTERN AMAZON

Abstract

Present throughout the entire national territory, the Brazilian Army (EB) considers the Amazon region a strategic priority. In this context, it emphasizes the need to maintain the historical relationship between the military and indigenous peoples, established since the Battle of Guararapes, in 1648. However, this relationship still attracts criticism in academic circles, mainly from those who do not know and have not experienced the reality of the Amazon firsthand. Given this, the aim of this article is to describe the humanitarian assistance operations and subsidiary actions coordinated by the Amazon Military Command (CMA) in the states of Acre, Amazonas, Rondônia, and Roraima, with the purpose of protecting the territories and the integrity of indigenous peoples.

Keywords: Brazilian Army, Western Amazon, Indigenous Peoples, Natives.

¹ Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Oficial do Exército. Analista do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar da Amazônia, Manaus, AM. E-mail: marvin.gsilva@gmail.com

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Nas duas Batalhas dos Guararapes escreveu-se a sangue o endereço do Brasil: o de ser um Brasil só e não dois ou três. O de ser um Brasil fraternalmente mestiço, na raça e na cultura (...)" (Gilberto Freyre, Deputado Federal, 1948).

Introdução

A Amazônia possui elevado valor estratégico, fato que se evidencia pelo interesse demonstrado por autoridades e meios de comunicação em todo o mundo. De acordo com Bertha Becker (2001), o Brasil abriga a maior parte da floresta amazônica, considerada um dos três grandes ecossistemas do planeta ainda não explorados, junto com a Antártica e o fundo dos oceanos.

Nesse bioma, encontra-se presente o EB, instituição de Estado, que tem a missão constitucional de contribuir com a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social (EXÉRCITO BRASILEIRO, s.d.).

Por considerar a Amazônia uma área estratégica prioritária, o EB, por meio do CMA, conduz operações militares na região com o objetivo de mitigar as vulnerabilidades existentes. Nesse contexto, historicamente, o EB mantém um relacionamento com as comunidades indígenas, parcela importante da população brasileira, tendo como paradigma as expedições do Marechal Cândido Rondon.

A cooperação mútua com os povos originários insere-se na própria formação do EB, momento em que brancos, pretos e indígenas lutaram juntos, na Batalha de Guararapes, pela libertação da terra, identificada pela primeira vez como Pátria.

Desde então, o EB tem ampliado o apoio e a participação em ações que promovam melhores condições de vida às comunidades indígenas da Amazônia, ampliando o conhecimento e respeitando seus hábitos, seus costumes e tradições.

Nesse ínterim, este artigo objetiva descrever o papel do Comando Militar na Amazônia Ocidental, por meio de suas operações e ações subsidiárias, em terras indígenas. Para cumprir seu objetivo, o trabalho encontra-se estruturado em sete seções, incluída esta breve introdução.

A segunda seção aborda a visão político-estratégica sobre a Amazônia. Os dados atualizados sobre a população indígena são apresentados na terceira seção. Na quarta seção é feita uma síntese sobre a relação histórica entre o EB e os indígenas. A fim de familiarizar o leitor, na quinta seção são apresentados alguns conceitos militares à luz do tema. A sexta seção dedica-se a descrever a estrutura organizacional do CMA. Na sétima seção são apresentados os resultados das operações e ações subsidiárias realizadas juntos às comunidades indígenas. E, a seguir, são tecidas as considerações finais.

Uma visão político-estratégica sobre a Amazônia

A Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2020) destaca a Amazônia, em razão de sua extensão territorial, baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga.

Ao relembrar De Castro (1992), a autora observa que a política de integração e a valorização da região é fundamentada na geoestratégia de quatro eixos: colonização, integração, exploração e vigilância. Para isso, propõe direcionar fluxos migratórios para áreas despovoadas, incorporando e explorando áreas geopolíticas neutras, aumentando, assim, a vigilância nas fronteiras desguarnecidas.

Sobre esse tema, a PND estabelece que as fronteiras, por sua permeabilidade, requerem constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países amazônicos. Para atender a necessidade de vigilância, o EB possui atualmente 23 (vinte e três) Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), os quais são responsáveis por vigiar os mais de 9.000 (nove mil) quilômetros de fronteira terrestre na região amazônica, garantindo a soberania e a integridade territorial.

No mundo globalizado contemporâneo, houve uma renovação de conflitos de natureza étnica e religiosa, a intensificação de nacionalismos e a fragmentação de Estados, elementos que ameaçam a ordem mundial. Esses fatores, aliados à premente necessidade de recursos estratégicos, como fontes de água doce e energia, podem gerar colisões de interesses. Essas questões têm o potencial de resultar em ingerências em assuntos internos, configurando cenários de conflito.

Nesse contexto, observa-se uma preocupação crescente com as minorias étnicas, especialmente os povos originários, visando assegurar-lhes o direito de viver de acordo com seus costumes e cultura. Zendim (2004) afirma que as questões relacionadas à Amazônia atraem a atenção da mídia internacional e intensificam a motivação para as ações de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que se mobilizam para buscar "a solução desses problemas".

No ano de 1992, Therezinha de Castro mencionou que a cobiça internacional pela Amazônia se deu logo após o fim da Guerra Fria. Em sua visão, o término do confronto bipolar criou condições para que a sociedade internacional reivindicasse a internacionalização da Amazônia, representando, assim, a geopolítica do confronto transferida para o eixo Norte-Sul (DE CASTRO, 1992).

Ao examinar as questões indígenas e ambientais na Amazônia e seu impacto nacional, Galdino (2008) destaca que as potências ocidentais escondem suas intenções econômicas em relação às riquezas da região, simulando preocupações com o ambiente e as comunidades indígenas. Diante disso, a ambição pela Amazônia brasileira é evidente, porém com os verdadeiros interesses sempre ocultados por meio de pretextos ambientais ou antropológicos.

François Mitterrand, ex-presidente da França, Al Gore, ex-candidato à presidência dos Estados Unidos, Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra britânica, entre outros, declararam que a Amazônia é um "patrimônio da humanidade", e que o Brasil deveria aceitar a internacionalização da região.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Essas afirmações geralmente eram disfarçadas por termos como direito de ingerência, soberania relativa, compartilhada ou restrita, conceitos que não possuem fundamento nas Ciências Políticas (DALLARI, 1998).

No ambiente interno, a dificuldade para atuação efetiva do poder público na região Amazônica, tem favorecido a ocorrência de delitos e crimes de toda ordem. Somado a esse aspecto, a existência de vazios demográficos e de áreas pouco integradas ao território brasileiro abrem espaço para atuação de agentes externos ou financiados por capitais estrangeiros com interesses distintos da Nação Brasileira.

Assim sendo, muito além de mero imaginário militar, como é apregoado por alguns pesquisadores acadêmicos, atualmente, somente as FA possuem as capacidades operacionais e logísticas (meios aéreos, terrestres e fluviais e efetivo) necessárias para atuar na vasta região Amazônica, cooperando com as ações de outros órgãos governamentais como IBAMA, FUNAI, Polícia Federal, Receita Federal, ICMBIO etc.

População indígena

A população indígena residente no Brasil é de 1.694.836 pessoas, correspondendo a 0,83% da população total (IBGE, 2022). A Região Norte destaca-se por concentrar 44,48% da população indígena do País, com 753.780 habitantes. A Região Nordeste concentra 31,22% (529.128), seguida da Região Centro-Oeste, com 11,80% (200.153), da Região Sudeste, com 7,34% (124.434) e da Região Sul, com 5,21% (88.341).

As regiões Norte e Nordeste concentram 75,71% da população indígena residente no País. Cabe destacar que o estado do Amazonas concentra 42,51% da população indígena residente no País, com 490.854 pessoas. No tocante aos municípios, Manaus/AM, conta com 71.713 pessoas indígenas, seguido de São Gabriel da Cachoeira/AM, que tem 48.256 pessoas indígenas, e de Tabatinga/AM, com 34.497 pessoas indígenas (IBGE, 2022).

Dentre os grandes comandos militares de área, o CMA tem como área de responsabilidade os territórios dos estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Nesse território reside uma população de 641.026 mil indígenas.

Exército e Indígenas: uma relação histórica

A relação entre o EB e os indígenas remontam o ano de 1648, data que a capitania de Pernambuco testemunhou o acontecimento instituidor de nossa nacionalidade — a Primeira Batalha dos Guararapes (Figura 1).

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL



Figura 1. Batalha dos Guararapes. **Fonte:** Wikimedia Commons (2013).

Dessa união de todos os brasileiros, unidos pelo sentimento de pertencimento à terra e pela necessidade de proteger suas famílias e riquezas, constituía-se uma Nação. As tropas brasileiras foram comandadas por Francisco Barreto de Menezes e seus grupamentos, lideradas por Felipe Camarão (Figura 2) – índio que liderou o flanco direito dos Montes Guararapes; Henrique Dias – escravo negro que liderou o flanco esquerdo dos Montes Guararapes; João Fernandes Vieira – militar branco e senhor de engenho que liderou as tropas no centro entre os montes; Antônio Dias Cardoso – militar branco que liderou a linha de frente das tropas; e André Vidal de Negreiros – militar que liderou as tropas reservas na retaguarda (BRIGOLINI, 2022).



Figura 2. Felipe Camarão. **Fonte:** Estratégias Militares (2022).

Demonstrando coragem e bravura, aproximadamente dois mil soldados luso-brasileiros derrotaram cinco mil soldados holandeses. Da grandeza desses

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

heroicos antepassados — negros, brancos e indígenas — o Brasil herdou o compromisso eterno de defender a soberania e a integridade territorial. O primeiro compromisso histórico do Exército foi a defesa da Pátria. Dessa forma, o dia 19 de abril é marcado pela Primeira Batalha dos Guararapes, data que se celebra a criação do EB.

Séculos adiante, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, torna-se reconhecido pelo engajamento na Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1890-1898).

Paralelamente aos seus objetivos estratégicos, essas comissões tiveram um papel pioneiro junto às **populações indígenas** contatadas, demarcando suas terras e assegurando aos índios trabalho nas obras para a instalação das linhas. A segunda, conhecida por Comissão Rondon, destacou-se pelo seu caráter científico, dando origem a uma série de estudos elaborados pelos mais importantes especialistas da época. **A Comissão Rondon teve sob seus cuidados o contato com grupos indígenas desconhecidos, permitindo o estabelecimento de um padrão de relacionamento com essas populações** (MUSEU DO ÍNDIO, s.d., **grifo do autor**).

Isso contribuiu para a criação de um conjunto de normas e técnicas de pacificação. Dessa forma, diversas tribos consideradas hostis, como os *Kepkiriwát*, *Ariken* e *Nambikwara*, foram "pacificadas". Essas tribos tornaram-se exemplos do modelo rondoniano de indigenismo, sintetizado pelo lema "*morrer se preciso for, matar nunca*" (MUSEU DO ÍNDIO, s.d.).

Rondon foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e incentivou a criação do Parque Nacional do Xingu. O estado brasileiro de Rondônia foi nomeado em sua homenagem.

Atualmente, O EB possui em seu quadro de pessoal, mais de duzentos mil homens e mulheres e, anualmente, cerca de setenta e cinco mil conscritos são incorporados. São jovens brasileiros de todas as raças e religiões, a maioria voluntária, de origem humilde, que servem à sua Pátria e ajudam as suas famílias.

Os jovens indígenas que atingem a idade militar podem ingressar nas Forças Armadas (FA) pelo serviço militar obrigatório, pelos processos seletivos de oficiais e sargentos técnicos temporários ou pelos diversos concursos de admissão nas diferentes carreiras militares.

Devido uma série de fatores, como o maior efetivo militar, a presença histórica na Amazônia Legal, e uma estratégia de presença que, ao longo dos séculos, construiu uma capilaridade com a implantação de OM espalhadas em locais isolados e estratégicos da região, o EB é a FA que apresenta os maiores efetivos de indígenas incorporados em suas fileiras.

Conceitos militares à luz do tema

O Poder Nacional é conceituado como "a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2020, p. 11).

A expressão militar não é capaz, por si mesma, de restaurar ou manter a paz. No entanto, é responsável por proporcionar um ambiente seguro para que

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

as demais expressões do Poder Nacional possam ser aplicadas. Assim, faz-se necessária a integração das forças militares com os vetores civis.

As Operações de Ajuda Humanitária (Op Aj Hum) são um conjunto de atividades desenvolvidas pelo componente militar de um país, normalmente em ambiente conjunto e interagências, concebidas especificamente para aliviar o sofrimento humano em resposta a desastres provocados pelo homem ou não, em território nacional ou no exterior, tanto em tempo de paz relativa como em tempo de guerra (COTER; 2023, p. 1-1).

Nesse tipo de operação, mesmo que de forma temporária, são utilizados **meios militares para ajudar as autoridades civis** a proporcionar alívio ao sofrimento humano e contribuir para a segurança das pessoas no território nacional e/ou internacional (COTER, 2023, p. 2-2, **grifo do autor**).

A Assistência Humanitária (Asst Hum) é uma ação militar secundária, no contexto de outra operação militar, na qual se utilizam os meios militares disponíveis para complementar os esforços dos atores civis na área de operações, a fim de aliviar o sofrimento humano, bem como para prestar **assistência cívico-social**, sem constituir uma Op Aj Hum (COTER, 2023, p. 2-1, **grifo do autor**).

A Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999 (BRASIL, 1999), dispõe em seu artigo 1º que as FA, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. O parágrafo único do artigo 1º descreve que sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às FA o cumprimento das atribuições subsidiárias.

Portanto, em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as FA realizam **ações subsidiárias** que contribuem com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil. Desse modo, Marinha, Exército e Aeronáutica atuam diretamente junto a diversos segmentos da sociedade, participando da vida da população no apoio a eventos comunitários, ações cívico-sociais, campanhas de saúde pública e no socorro às vítimas de desastres naturais.

O Comando de Operações Terrestres (COTER, 2009), conceitua Ação Cívico-Social (ACISO) como

[...] o conjunto de atividades de **caráter episódico** ou **programado** de assistência e auxílio a comunidades, desenvolvendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior. Tem o objetivo de resolver problemas imediatos e prementes (além da natureza assistencial e, às vezes, de socorro às populações), e se insere como assunto civil (COTER; 2009, p. 2-1, **grifo do autor**).

O ACISO visa incrementar o civismo e prestar assistência de diversas modalidades a núcleos populacionais dotados de poucos recursos, de forma a despertar, no cidadão, o espírito de coletividade uma das bases do aprimoramento do sistema de vida democrático.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Comando Militar da Amazônia: Exército Presente, Amazônia Protegida

Nos últimos anos, a presença do CMA no interior das terras indígenas, situadas na faixa de fronteira da Amazônia brasileira, se intensificou por meio da instalação de PEFs e de operações de treinamento e vigilância.

Isso decorre da convergência de dois processos recentes no Brasil: o foco estratégico das Forças Armadas na fronteira amazônica e a efetivação dos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente os direitos territoriais. Esses processos resultaram no reconhecimento e na demarcação, pelo Estado, de extensas e contínuas terras indígenas na faixa de fronteira internacional.

O CMA, com o *slogan* — Exército Presente, Amazônia Protegida, é o responsável pela defesa e proteção de uma área de 2.185.270,06 km² e 151 municípios pertencentes aos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima (Figura 3), ou seja, aproximadamente, 25% do território nacional, além de 9.925 quilômetros de fronteiras terrestres (com a República da Guiana (964 km), a Venezuela (2.199 km), a Colômbia (1.644 km), o Peru (2.995 km) e a Bolívia (2.123 km)).

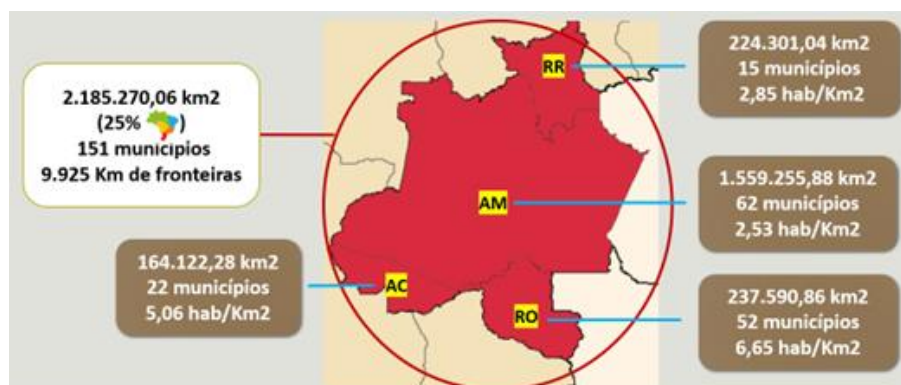


Figura 3. Área de atuação do CMA. **Fonte:** elaborado pelo autor.

O General de Exército Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, atual Comandante Militar da Amazônia, assinala que o CMA atua sob a égide de cinco vocações estratégica: i) defesa da pátria; ii) combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais; iii) proteção do meio ambiente; iv) apoio e respeito aos povos originários e à população amazônica; e, v) cooperação com o desenvolvimento regional (NEE, 2024).

Desde o final do século XX, o EB tem incrementado sua presença na região Amazônica, por meio da transferência de Grandes Unidades e OM advindas das regiões Sul e Sudeste do País. Atualmente, o CMA conta com a 12^a Região Militar, o 2^o Grupamento de Engenharia, ambos com sede em Manaus, e quatro Brigadas de Infantaria de Selva, assim distribuídas: 1^a Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Lobo d'Almada), sediada em Boa Vista-RR; 2^a Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Ararigbóia), com sede em São Gabriel da Cachoeira-AM; 16^a Brigada de Infantaria de Selva (Brigada das Missões), sediada em Tefé-AM e 17^a Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Príncipe da Beira), com sede em Porto velho-RO.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Dentro do CMA, a presença mais significativa de soldados indígenas está nas Organizações Militares (OM) sediadas em regiões/municípios com maior concentração dessas populações tradicionais. A 2ª Brigada de Infantaria da Selva (Bda Inf SI), sediada no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, conta com o maior número de indígenas incorporados entre 2019 e 2023.

A diversidade étnica na sua área de responsabilidade e a necessidade de agregar os conhecimentos tradicionais milenares sobre a biodiversidade e os diversos territórios que as populações nativas tradicionalmente ocupam, conduzem a 2ª Bda Inf SI a incorporar em suas fileiras soldados indígenas de 16 etnias diferentes, constituindo-se assim a Brigada do CMA com maior diversidade étnica dentre os soldados que compõem suas diversas OM subordinadas.

Atualmente, em todo o CMA, há cerca de 1.196 soldados indígenas, pertencentes a 31 etnias distintas (Quadro 1) (FRANCHI *et al.*, 2024).

Quadro 1 - Indígenas incorporados na área da 12ª RM (período de 2019 a 2023)

CMA	12ª RM	2º Gpt E	1ª Bda Inf SI	16ª Bda Inf SI	2ª Bda Inf SI
5	65	210	153	81	682
Total: 1.196					

Fonte: Adaptado de Franchi *et al.* (2024).

Historicamente, o CMA vem construindo e mantendo um bom relacionamento com todas as populações indígenas em sua área de responsabilidade. Esse esforço vem desde os Diálogos de Manaus, em 2003, quando por iniciativa do CMA, indígenas foram ouvidos a fim de conscientizar os militares sobre a necessidade de tornar harmônica e proveitosa a convivência entre o EB e os indígenas em todo o território nacional (FRANCHI *et al.*, 2024).

Durante o evento, foi elaborado um documento, posteriormente publicado na Portaria nº 20-EME, de 2 de abril de 2003 (BRASIL, 2003), que consolidou as deliberações conjuntas elaboradas durante o Diálogo de Manaus. Esse normativo passou a servir de referência para o relacionamento respeitoso e cooperativo entre militares e indígenas, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 (FRANCHI *et al.*, 2024).

A Portaria nº 20-EME, de 2 de abril de 2003 (BRASIL, 2003) — atualizada pela Portaria Nº 946-EME, de 16 de janeiro de 2023 (BRASIL, 2023), assinalou

[...] o fim de uma relação conflituosa entre militares e indígenas vivenciada durante a década de 1990 na área do CMA, decorrentes, sobretudo, da efetivação de direitos diferenciados dispensados aos indígenas na Constituição Federal de 1998, que gerou fricção com a potencialização da ocupação militar pós Guerra Fria, que ocorre na Amazônia brasileira naquele mesmo período (FRANCHI *et al.*, 2024, p. 6).

No texto, além de distribuir medidas nas comunidades indígenas, o EB reforçou as orientações aos militares. “É importante que todos os militares, especialmente aqueles que terão contato direto com as comunidades indígenas,

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

conheçam e respeitem seus hábitos, seus costumes e tradições” (BRASIL, 2023, s.p.).

É evidente a importância e a extensão das relações atuais entre índios e militares, sobretudo na parte amazônica da faixa de fronteira. Há pelo menos trinta anos, o Exército vem procedendo a transferência de unidades com infraestrutura, equipamentos e efetivos de outras regiões do Brasil para a Amazônia, que no conjunto atingirão logo mais um total de 25 mil homens (PIB, 2024).

No âmbito da Amazônia Ocidental, o CMA tem coordenado e participado de Op Aj Hum, Asst Hum e ACISOS, nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Roraima, conforme veremos seção seguinte.

Resultados

O EB, por meio do CMA, tem desempenhado um papel essencial na garantia da soberania nacional e na proteção da Amazônia Ocidental. Tanto de forma independente quanto em colaboração com outras forças e agências governamentais, suas iniciativas visam combater atividades ilícitas transfronteiriças e ambientais, além de proteger as comunidades indígenas, reforçando assim a presença do Estado na fronteira norte do país.

Entre as principais operações desencadeadas na área de atuação do CMA, durante o primeiro semestre do ano de 2024, destacam-se a Op Acre, Op Amanaci e Op Catrimani II, além de diversas ações subsidiárias.

Cada uma dessas missões exige uma logística operacional complexa e expressiva, visto que na região Amazônica os rios são as principais vias de acesso, e a maior parte das ações são realizadas por meio aéreo.

Operação Acre

Na Op Acre, os meios logísticos do EB foram prontamente disponibilizados para atender às demandas da população assolada pelas enchentes no estado do Acre. As chuvas, acima do esperado nas cabeceiras das bacias hidrográficas, provocaram uma elevação repentina dos níveis dos rios, ultrapassando as cotas de transbordamento.

Nas ações realizadas pelos militares, 25 mil pessoas foram assistidas, incluindo 4 mil indígenas de 39 comunidades. Mais de 170 toneladas de alimentos e 113 mil litros de água potável foram distribuídos em oito municípios apoiados. Além disso, foram realizados cerca de 200 atendimentos médicos e odontológicos (CMA, 2024).

Operação Amanaci

A Operação Amanaci, criada pela Portaria GM-MD nº 5.152, de 18 de outubro de 2023 (BRASIL, 2023), buscou atender a população afetada pela severa estiagem que assolou os municípios do Amazonas.

Com o objetivo de transportar mantimentos, água potável e medicamentos, a operação visou o emprego do CMA em atividades de apoio logístico às ações da Defesa Civil nos municípios em situação de emergência. Durante sua vigência foram distribuídas mais de 200 toneladas de alimentos (CMA, 2024).

Operação Catrimani II

A Operação Catrimani II é uma ação conjunta coordenada entre órgãos de Segurança Pública, Agências e Forças Armadas, no emprego temporário e episódico de meios, na Terra Indígena Yanomami (TIY), em cumprimento à Portaria GM-MD N° 1.511, de 26 de março de 2024 (BRASIL, 2024), no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2024.

O objetivo da operação é interromper o fluxo logístico das atividades de apoio ao garimpo ilegal na TIY, protegendo o meio ambiente e a saúde dos povos indígenas. As FA mobilizaram 800 militares, além de meios fluviais, terrestres e aéreos, para as ações de enfrentamento ao garimpo ilegal TIY, nos estados do Amazonas e de Roraima (CMA, 2024).

A importância das TIY é evidente. Considerada a maior terra indígena do país, compreende uma área de 9,5 milhões de hectares, o que corresponde, aproximadamente, à área dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo somados. Os Yanomamis são um dos maiores povos indígenas de recente contato da América do Sul, vivendo nas florestas e montanhas do norte do Brasil e sul da Venezuela.

No território brasileiro, estão distribuídos por várias aldeias indígenas no Amazonas e em Roraima. A formação dessas aldeias é dinâmica, devido à mobilidade das comunidades em busca de melhores condições de acesso aos recursos naturais e para preservar seu sistema de cultivo tradicional (IBGE, 2022).

Os serviços públicos nas TIY são predominantemente executados pela SESAI e, ocasionalmente, pela FUNAI, utilizando voos fretados com aeronaves de asa fixa quando há pistas de pouso nas comunidades, ou com aeronaves de asa rotativa quando não há pistas disponíveis, sendo necessário pousar em clareiras abertas pelos próprios indígenas para a realização dos serviços essenciais (IBGE, 2022).

A presença do EB em TIY é uma realidade há mais de três décadas, e desde 1988, conta com o apoio do 4º PEF, baseado na região de Alto Alegre, RR, a mais de 300 km de distância da capital Boa Vista. Naquele local, os militares atuam no controle de parte da fronteira seca com a Venezuela, e trabalham pela garantia da cidadania dos povos indígenas da região. Cerca de três mil indígenas Yanomami, distribuídos em 19 comunidades, vivem nas suas proximidades. Atualmente, indígenas servem no pelotão como soldados, os quais destacam-se pela atuação como guias e intérpretes.

O 4º PEF também tem atuado no combate ao garimpo ilegal e no apoio ao povo Yanomami em ações que são coordenadas com outros órgãos governamentais. O pelotão também é um importante ponto de apoio logístico para as equipes da Polícia Federal e do IBAMA, com oferta de alojamento, alimentação e equipamentos (Figura 4).

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL



Figura 4. Operação Catrimani II. **Fonte:** CMA (2024).

Nesse contexto, a Op Catrimani demonstra o empenho do governo federal e o compromisso das FA com a preservação da Amazônia e a garantia dos direitos e a proteção dos povos indígenas.

Ações Cívico-Sociais

Um dos objetivos das Ações Cívico-Sociais (ACISO) é prestar apoio de saúde ou de outra natureza que seja deficiente na região, bem como a educação da população por intermédio de palestras e visitas de equipes de saúde e de assistência social para a melhoria dos padrões sanitários. No Quadro 2 são descritos os ACISOS realizados durante o primeiro semestre de 2024, sob coordenação das OM pertencentes ao CMA.

Quadro 2 - Ações Cívico-Sociais realizadas nas Comunidades Indígenas

OM	Comunidade Indígena	Ações	Número de Atendimentos
16ª Bda Inf SI	São Luís, Umariçu, Marajá, Itapocu e Cairara	- Atendimento Médico (Clínico Geral, Ginecologista, Ortopedista, Fisioterapeuta, Pediatra e Psicólogo) e Odontológico - Distribuição de medicamentos	1.004
3º PEF (São Joaquim/AM)	Koripaku	Atendimento médico (Pediatras e Ortopedistas) e Odontológico de militares do Hospital Militar de São Gabriel da Cachoeira e do Hospital Albert Einstein	700
4º PEF (Terra Indígena Vale do Javari/AM)	Flores/Mayuruna	Atendimentos médicos e odontológicos, cortes de cabelos, distribuições de kits de higiene bucal e medicamentos, e atividades lúdicas e esportivas para jovens e crianças da comunidade	160
Comando de Fronteira Juruá/61º Batalhão de Infantaria de Selva	Ashaninka, Apolima e Arara do Rio Amônia, atendendo as aldeias Apiwtxa, Novo Destino, Ilda Siqueira, Txanã, Nova	Atendimentos médicos, odontológicos e jurídicos, exames laboratoriais e cadastro do programa Bolsa-família	2.000

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

(Marechal Thaumaturgo-AC)	Vitória e Machadinho		
21ª Companhia de Engenharia de Construção (São Gabriel da Cachoeira-AM)	Balaio	Apoio médico e odontológico, e distribuição de kits de higiene bucal	120
16ª Bda Inf SI (Tabatinga/AM)	Umariáçu I e II	Atendimentos médicos e odontológicos, cortes de cabelo, emissão e regularização de CPF e certidão de nascimento, vacinações caninas, e distribuição de kits de higiene dental e de lanches	600
Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (Uiramutã-RR)	Maturuca	Atendimentos médicos e odontológicos e distribuição de kits de higiene bucal	60
Número total de atendimentos			4.644

Fonte: CMA (2024).

De acordo com o quadro acima, diversos ACISOS foram realizados pelas OM subordinadas ao CMA, com um total de 4.644 indígenas atendidos, de diferentes comunidades e etnias, localizadas nos quatro estados da Amazônia Ocidental.

Apoios Emergenciais

Além das atividades complementares às suas atribuições constitucionais, o CMA presta apoios emergenciais às comunidades indígenas, por meio do pronto-atendimento dos militares do Quadro de Saúde (médicos, dentistas e farmacêuticos) empregados nos PEF.

Na tarde de 14 de janeiro de 2024, no município de Vila Bittencourt, AM, uma equipe de saúde do 3º PEF realizou o atendimento de duas crianças indígenas da etnia Maku. Uma das crianças apresentava hipertermia e dispneia, sendo diagnosticada com pneumonia grave. A outra criança foi diagnosticada com possível fratura no tornozelo direito (Figura 5).

Após os devidos cuidados ambulatoriais e estabilização dos quadros clínicos, a SESAI do Alto Solimões coordenou a evacuação aeromédica, possibilitando a remoção ao Hospital da Guarnição de Tabatinga.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL



Figura 5. Atendimento médico no 3º PEF (Vila Bitencourt, AM). **Fonte:** CMA (2024).

No dia 15 de fevereiro de 2024, ainda sob a atuação do Comando Operacional Conjunto Catrimani I, foi realizado o transporte aeromédico de Surucucu para Boa Vista/RR, de uma criança indígena picada por cobra-coral. A ação, coordenada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), possibilitou a evacuação aeromédica em uma aeronave HM-1 Pantera, do 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º BAvEx). Um médico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) acompanhou todo o resgate. A comunidade indígena fica a 270 quilômetros de distância em linha reta da capital roraimense, evidenciando a prontidão das FA nos atendimentos de emergência médica em áreas remotas e de difícil acesso.

Em Palmeira do Javari, AM, o 1º PEF, do Comando de Fronteira Solimões/8º BIS, subordinado ao Comando da 16ª Bda Inf SI, realizou atendimento de urgência a uma criança indígena, com quadro grave de comprometimento dos pulmões (Figura 6). A equipe de saúde do PEF fez os procedimentos de suporte à vida para a estabilização da paciente e solicitou a sua remoção para uma unidade hospitalar. Com o apoio de um helicóptero da DSEI, o médico do PEF acompanhou a criança até o Hospital de Tabatinga, onde foi dado prosseguimento ao tratamento.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL



Figura 6. Atendimento médico em Palmeira do Javari/AM. Fonte: CMA (2024).

Verifica-se que os esforços conjuntos entre militares e organizações de saúde locais são fundamentais para enfrentar os desafios apresentados pelas comunidades indígenas isoladas na região Amazônica.

Considerações Finais

O lema "*integrar para não entregar*" que orientou as políticas governamentais durante os governos militares influenciou a estratégia de ocupação do EB na Amazônia, baseada na concepção de estabelecer unidades militares, seguindo a lógica semelhante do período colonial, com o objetivo de garantir a soberania nacional.

O passado e o presente do EB na Amazônia Ocidental demonstram a evolução de uma abordagem essencialmente militar para uma atuação mais integrada e cooperativa, destacando que sua presença tem o escopo de promover a paz, o desenvolvimento sustentável e o apoio aos povos originários e à população amazônica.

Nos momentos mais críticos, como os decorrentes da escassez hídrica ou enchentes, o CMA desenvolve operações de assistência humanitária no enfrentamento das mazelas que afligem as comunidades que vivem na região.

Constata-se que o CMA tem se mostrado um relevante vetor da expressão militar do Poder Nacional, em prol da Amazônia, atuando em consonância com a PND, cujas diretrizes balizam a atuação da Força Terrestre, e desta, em relação aos povos originários da Amazônia Ocidental.

Inspirado pelos feitos históricos de notáveis personagens do passado, o CMA continua a demonstrar, no presente, a mesma determinação, ousadia e espírito de sacrifício que impulsionaram nossos antepassados na conquista e defesa da Amazônia.

Referências

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas, vol. 6, nº 12, p. 135-159, 2001.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

BRASIL. **Portaria GM-MD N° 1.511, de 26 de março de 2024.** Aprova a Diretriz Ministerial que regula o emprego, temporário e episódico, de meios das Forças Armadas em apoio às ações governamentais na Terra Indígena Yanomami, 2024.

BRASIL. **Portaria GM-MD N° 5.152, de 18 de outubro de 2023.** Aprova a Diretriz Ministerial que regula o emprego temporário e episódico das Forças Armadas em atividades de apoio logístico às ações de Proteção e Defesa Civil nos municípios da Amazônia em situação de emergência, 2023.

BRASIL. **Portaria EME/C Ex N° 946, de 16 de janeiro de 2023.** Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas (EB20-D- 07.095), 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa, 2020.** Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf/view Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria N° 020-EME, de 02 de abril de 2003.** Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas, 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_020_eme_02abr2003.html Acesso em: 11 jun. 2024

BRASIL. **Lei Complementar N° 97, de 9 de junho de 1999.** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Casa Civil, Brasília, DF, 1999.

BRIGOLINI, Vinícius. **Batalha de Guararapes:** saiba mais sobre a origem do Exército Brasileiro, 2022. Disponível em <https://militares.estrategia.com/portal/materias-e-dicas/historia/batalha-de-guararapes-saiba-mais-sobre-a-origem-do-exercito-brasileiro/> Acesso em: 12 jun. 2024

DE CASTRO, Therezinha. **Amazônia - Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração, A Defesa Nacional, N° 755,** 1992. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5669/4905> Acesso em: 09 jun. 2024.

CMA. Comando Militar da Amazônia. **Notícias,** 2024. Disponível em <https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias> Acesso em: 10 jun. 2024.

COTER. **Manual de Campanha – Operações de Ajuda Humanitária,** 1ª Ed., 2023. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/12041/1/EB70-MC-10.236%20Opera%C3%A7%C3%B5es%20de%20Ajuda%20Humanit%C3%A1ria.pdf> Acesso em: 09 jun. 2024.

COTER. **Caderno de Instrução AÇÃO CÍVICO - SOCIAL (ACISO),** 1ª Ed., 2009. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/830/5/CI%2045-01_ACISO.pdf Acesso em: 12 jun. 2024.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Teoria geral do Estado.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O VETOR DA RELAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

ESTRATÉGIAS MILITARES. **Batalha de Guararapes**: saiba mais sobre a origem do Exército Brasileiro, 2022. Disponível em: <https://militares.estrategia.com/portal/materias-e-dicas/historia/batalha-de-guararapes-saiba-mais-sobre-a-origem-do-exercito-brasileiro/> Acesso em: 12 jun. 2024.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Missão e Visão de Futuro**, s.d. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/o-exercito/missao-e-visao-do-futuro> Acesso em: 12 jun. 2024.

FRANCHI, T.; PINHEIRO, J. B. S.; SANT'ANA JUNIOR, T. P. DE. Os Soldados Indígenas na Amazônia Brasileira: um retrato do Comando Militar da Amazônia. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 18, n. 61, p. i-x, 31 jan. 2024.

GALDINO, Maurício Augusto Cabral. Amazônia: problemas ecológicos, questão indígena e ameaças latentes. **PADECEME**, nº 17, p. 33-39, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico – Indígenas**, 2022. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-08/liv102018_1.pdf Acesso em: 11 jun. 2024.

MUSEU DO ÍNDIO. **Marechal Rondon**, s.d. <http://antigo.museudoindio.gov.br/educativo/pesquisa-escolar/252-marechal-rondon>

NEE. Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar da Amazônia. **Vocações Estratégicas**. Disponível em: <https://nee.cma.eb.mil.br/voca%C3%A7%C3%B5es-estrat%C3%A9gicas-do-cma.html> Acesso em: 08 jun. 2024.

PIB. Povos Indígenas Brasil. **Povos indígenas e soberania nacional**, 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povos_ind%C3%ADgenas_e_soberania_nacional Acesso em: 07 jun. 2024.

WIKIMEDIA COMMONS. **Victor Meirelles - Batalha dos Guararapes**, 2013. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Victor_Meirelles_-_%27Battle_of_Guararapes%27,_1879,_oil_on_canvas,_Museu_Nacional_de_Belas_Artes,_Rio_de_Janeiro.JPG Acesso em: 10 jun. 2024.

ZENDIM, Omar. **As questões ambientais e indígenas na Amazônia - ameaças à soberania nacional**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004. 174 fl.

Recebido em: 14/06/2023

Aprovado em: 28/07/2024

Publicado em: 12/08/2024

